



Critérios de qualidade para o livro didático na França (1986-2013)

Itamar Freitas Oliveira

Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, 70910-900, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: itamarfo@gmail.com

RESUMO. Este artigo explora a ideia de ‘bom livro didático’ na França, mediante o exame dos critérios de avaliação produzidos por editores, autores, conselheiros pedagógicos e inspetores nacionais de educação, entre 1986 e 2013. Por meio da análise de dispositivos legislativos, relatórios de inspeção, noticiário da grande imprensa (*Le Figaro*, *Le Monde Diplomatique* e *Libération*) e literatura especializada, concluímos que os conhecimentos pedagógicos são dominantes em todas as iniciativas de produzir critérios para a avaliação do livro didático. Suporte/design e conhecimentos disciplinares estão em segunda posição, seguidos, residualmente, por preocupações linguísticas de acessibilidade e de transmissão de valores. O texto também constata as dificuldades enfrentadas por gestores educacionais franceses para compatibilizar o direito de igualdade com o direito de liberdade em matéria de ensino.

Palavras-chave: ensino de história, impressos educacionais, avaliação.

The quality criterial for textbook in France (1986-2013)

ABSTRACT. This article explores the idea of ‘good textbook’ in France examining the evaluation criteria, produced by publishers, authors, educational advisers and national inspectors of education from 1986 to 2013. Through the analysis of legislative devices, inspection reports, the major news from media (*Le Figaro*, *Le Monde Diplomatique* e and *Libération*) and specialized literature, we conclude that the teaching skills are dominant in all initiatives of producing criteria for the evaluation of textbooks. Support/design and disciplinary knowledge are in second position, followed by concerns of linguistic of accessibility and transmission of values. The text also mentions the difficulties faced by French educational managers to reconcile the right to equality with the right to freedom in education.

Keywords: teaching history, teaching manuals, evaluation.

Criterios de calidad para el libro didáctico en Francia (1986-2013)

RESUMEN. Este artículo examina la idea de ‘buen libro didáctico’ en Francia, mediante el análisis de los criterios de evaluación producidos por editores, autores, consejeros pedagógicos e inspectores nacionales de educación, entre 1986 y 2013. Por medio del examen de dispositivos legislativos, informes de inspección, noticiario de la gran prensa (*Le Figaro*, *Le Monde Diplomatique* y *Libération*) y literatura especializada, concluimos que los conocimientos pedagógicos son dominantes en todas las iniciativas de producir criterios para la evaluación del libro didáctico. En segunda posición están soporte/diseño y conocimientos disciplinarios, seguidos, residualmente, por preocupaciones lingüísticas de accesibilidad y de transmisión de valores. El texto también constata las dificultades enfrentadas por gestores educacionales franceses para compatibilizar el derecho de igualdad con el derecho de libertad en cuanto a la enseñanza.

Palabras clave: enseñanza de historia, impresos educacionales, evaluación.

Introdução

Em texto publicado recentemente (Freitas, 2014), discutimos os critérios de qualidade abonados pelos estadunidenses para o livro didático, sobretudo o de história. Na ocasião, justificamos a empreitada com um argumento antropológico: a diversidade é um estoque de soluções à disposição de todos (Unesco, 2002; 2007). E nós, que lidamos cotidianamente com o livro didático, podemos experimentar essa virtude ao examinar os vários critérios arbitrados em diferentes contextos e culturas. Permitam-me replicar as

principais conclusões para, em seguida, enveredar pelo exame dos mesmos processos em outro país, com gestão educacional completamente diferente dos Estados Unidos. Como bem sabemos, nos EUA, cada estado produz a sua política educacional, enquanto na França, sobretudo quando se trata de currículos prescritos e avaliados, como também de material didático, as ações são centralizadas.

No referido artigo sobre os EUA, concluímos que o bom livro didático de história, utilizado entre 1984 e 2014, vem sendo idealizado por diferentes sujeitos, e

os critérios produzidos para esse fim variam com os interesses desses atores, que podem ser instituições criadas pelos estados para gerir essa específica política, associações de historiadores, associações de gestores educacionais, conselhos privados de caráter nacional, fundações, rede de pesquisadores universitários, autores e empresários do setor.

Por parte dos estados, há o interesse em controlar os conteúdos, fazendo cumprir a legislação local, e também em regular os preços ou a concorrência. As associações não governamentais, por seu turno, ocupam-se da exatidão no processo de apresentação dos conhecimentos e das habilidades, como também, e paradoxalmente, da vigilância ideológica e da doutrinação em termos de princípios democráticos e de cidadania estendida. A maioria delas, entretanto, anuncia uma intenção pedagógica: melhorar os níveis de julgamento de pais, professores e especialistas responsáveis pela avaliação e pelos usos do livro didático de história. Os empresários, por fim, menos citados nesse texto, tentam regular as características do suporte e do *design*, criando um padrão mínimo de qualidade para a indústria estadunidense, reservando, provavelmente, fatias lucrativas do mercado para alguns conglomerados.

Apesar das diferenças de ênfase, no que diz respeito aos princípios, e de algumas discrepâncias com relação aos critérios, como escolha dos conteúdos substantivos (antigos heróis ou minorias étnicas? Posicionamento crítico ou imparcialidade ideológica do narrador?), pudemos notar que nenhum princípio predominou ao longo do tempo. Mais que isso, nas últimas três décadas, constituiu-se uma verdadeira vulgata que atribui ao bom livro didático de história qualidades relativas aos saberes teóricos e práticos do ensinar, ao alinhamento aos currículos estaduais, à presença das operações processuais da pesquisa e da escrita da história, aos valores relacionados aos direitos civis, políticos e sociais, e ao adequado e produtivo *design*. Em menor escala e distanciando-se da vulgata, notamos a expansão dos critérios de qualidade para as questões de segurança e de saúde individual dos alunos, demonstrando o alinhamento às novas e problemáticas tarefas impostas ao professor, nos últimos 15 ou 20 anos, em várias partes do Ocidente.

Por fim, comunicamos a desagradável notícia, colhida entre antigos e recentes trabalhos especializados, de que as diferentes formas de seleção (escolar, distrital, estadual) e de adoção (aberta ou fechada), as sucessivas tentativas de modificar os processos de escolha e as denúncias sobre a má escrita dos autores, por exemplo, não

teriam interferido, significativamente, na qualidade do livro didático (Tyson & Woodward, 1989, p. 14-17; Watt, 2009, p. 21) no que diz respeito, sobretudo, à variação de propostas historiográficas, pedagógicas ou de *design*. Os livros também continuam ‘chatos’ (Fin Jr & Chester, 2004) e ‘caros’ (Kornblith & Lasser, 2005). Além disso, apesar de terem incluído estratégias de gerenciamento da informação e técnicas de autoaprendizagem, avanço verificado nos anos 1990, com relação aos livros dos anos 1980 (Wakefield, 1998), eles são muito semelhantes. O que dizer, então, sobre os critérios de qualidade empregados na produção e na avaliação de livros didáticos, sobretudo os de história, produzidos na França? O que dizer sobre os padrões de qualidade prescritos para o livro didático de história no Brasil?

Esta última questão apresenta-se, paradoxalmente, não como problema, e sim como justificativa. Fazemos parte de um grupo de pesquisadores que discute a qualidade do livro didático, sobretudo o de história, no Brasil, mas que trabalha em perspectiva transnacional (Cuba, Espanha, Índia e, recentemente, África do Sul). Este é apenas mais um, digamos, diagnóstico da situação em países que exportam tecnologia educacional para o Brasil há mais de um século: a França e os Estados Unidos. Por isso, rememoramos o primeiro trabalho, sobre os EUA, para que o leitor possa por si mesmo estabelecer as suas comparações e posteriores conclusões sobre o que podemos, ou não, modificar no Brasil. Neste artigo, entretanto, não faremos comparações transnacionais. Cotejaremos as iniciativas e os critérios de qualidade utilizados pelos franceses (entre os próprios franceses), que não somente alimentam a população educacional do hexágono, como exportam tecnologia para os doze países africanos de língua francófona. Aqui examinaremos a posição de editores, autores, conselheiros pedagógicos e inspetores nacionais de educação, manifestadas entre 1986 e 2013, mediante dispositivos legislativos, relatórios de inspeção, noticiário da grande imprensa (*Le Figaro*, *Le Monde Diplomatique* e *Libération*) e literatura especializada.

O trabalho, por fim, justifica-se, principalmente, pela necessidade de refletirmos profundamente sobre o tema, uma vez que tanto o desenho dos currículos quanto o formato e os conteúdos dos livros didáticos brasileiros serão modificados, talvez radicalmente, a partir de 2017, quando será implantada a base curricular nacional comum, prescrita pelo novo Plano Nacional de Educação, de 2014.

Vejam, então, a situação francesa.

O que é um bom livro didático?

Muito provavelmente, a França produziu o maior especialista em livros didáticos do Ocidente: Alain Choppin (1948-2012). As três décadas de trabalhos dedicados ao manual escolar de várias partes do mundo dão provas da sofisticação da pesquisa sobre esse objeto: Choppin faleceu sem nos deixar uma definição unívoca de livro didático.

Um dos seus últimos trabalhos de síntese, *Le Manuel scolaire, une fausse évidence historique* (2008), apresenta mais do que uma dezena de critérios que podem fundamentar o sentido das predominantes expressões ‘*manuels scolaires*’ (em francês), ‘livro didático’ (português), ‘*libri scolastici*’ (italiano), ‘*libros escolares*’ (espanhol), ‘*textbooks*’ (inglês), ‘*Schulbuch*’ (alemão), ‘*schoolboek*’ (holandês) ‘*skolbok*’ (sueco), ‘*skolebok*’ (norueguês), ‘*skolebog*’ (dinamarquês) ou ‘*scholica encheiridia*’ (grego). São os seguintes os indicadores empregados nesse rol de designações: organização interna, função sintética, papel orientador, método de aprendizagem que o livro dissemina, gênero que configura, marcas distintivas, características materiais, espaço de uso, função didática e, por fim, o uso ou a intenção de uso (Choppin, 2008, p. 10-11, p. 14-17).

Destacando essas duas últimas, Choppin (2008) vai afirmar que a identidade do livro didático se configura a partir do efetivo emprego do artefato em ambiente escolar ou da intenção do autor no momento de produção da obra. Em outras palavras, um livro já nasce didático ou pode transformar-se em didático (Choppin, 2008, p. 49).

Vamos, aqui, trabalhar com a primeira opção, ou seja, os livros que, em seu nascedouro, já são considerados didáticos pelo autor e, conseqüentemente, pelo ministro do Estado, pais ou responsáveis por alunos, professores, autores, editores, historiadores, políticos e jornalistas. Que pensam esses sujeitos sobre o nosso objeto na França?

Um livro que não agrada a ninguém

Livros didáticos, sobretudo os de história, são objetos de polêmica desde a sua invenção, datada por Michel Leroy (2012, p. 21) do ano de 1793. Mas, para ficarmos apenas com as discussões que envolvem seus conteúdos, e relativas ao tempo presente, citemos alguns conflitos veiculados por três periódicos de orientação oposta: *Libération*, *Le Figaro* e *Le Monde Diplomatique*.

No *Libération*, ‘um grupo de historiadores, professores da escolarização básica e diretores de coleções de livros didáticos de história para o liceu geral’ (é assim que se intitulam) denuncia três

recentes livros que fazem críticas à escola, aos programas e, especificamente, aos manuais escolares. Os próprios títulos explicitam a acidez do julgamento, avisam os autores: *L’Histoire fabriquée? Ce qu’on ne vous a pas dit à l’école...* (Vicent Badré), *L’Histoire de France interdite. Pourquoi ne sommes-nous plus fiers de notre histoire?* (Dimitri Casali), *Ils ont tué l’histoire-géo* (Laurent Wetzell). Por essas obras, os livros didáticos atuais contribuiriam para

[...] dividir a nação em comunidades concorrentes, e até hostis, de ensinar uma história politicamente correta e de impedir o culto, dos alunos dos liceus, aos grandes homens e ao *roman national* (Adoumié et al., 2012. Grifo dos autores).

No *Le Monde Diplomatique*, os manuais de economia, por exemplo, são denunciados por privilegiarem os conceitos de ‘produtividade’ e ‘ética dos negócios’ em detrimento das ideias de ‘propriedade’ e de ‘modos de produção’. A história da empresa, por seu turno, foi substituída pela narrativa dos empreendimentos de grande sucesso, como a Apple e o Facebook, ou da trajetória de empresários, como a de Mark Zuckerberg (Leder, 2013).

No mesmo jornal, Dominique Vidal (2011) acusa o Ministério da Educação Nacional francês de tentar aplicar a legislação da Assembleia Nacional Israelense, que proíbe a comemoração da *Nakba* (catástrofe, em árabe), ou seja, a lembrança do êxodo palestino, resultante da guerra entre israelenses e árabes (1947-1949). O articulista acusa a autoridade nacional de, praticamente, conceder à editora Hachette o direito de excluir o referido termo (*Nakba*) dos livros didáticos de História Contemporânea, destinados ao secundário, quando o correto seria ouvir os historiadores, e não ceder, de forma imediata, aos grupos de pressão.

O *Le Monde* também repercutiu uma correspondência de 42 deputados da *Union pour un mouvement populaire* (UMP), endereçada ao referido Ministério, que denuncia a presença ‘anticientífica’ da ‘teoria do gênero’ nos livros didáticos de Ciências da Vida e da Terra, produzidos para o secundário. Segundo os deputados, a teoria não está explícita nos programas oficiais, mas o livro didático editado pela Hachette reserva uma página inteira, intitulada ‘*Le genre, une construction sociale*’. Os parlamentares enfatizam a necessidade de o “Estado controlar melhor o conteúdo dos manuais escolares disponibilizados aos alunos dos liceus” (Letre..., 2013).

Em *Le Figaro*, nos últimos anos, os livros didáticos foram acusados de fornecerem uma representação da economia mundial atual muito próxima das formas características do século XIX. Essa foi a opinião de Michel Pébereau, presidente do grupo BNP Paribas (*Le Figaro*, 1, fev. 2008). Tal posição foi publicada,

originalmente, no site da *Association pour la Liberté Economique et le progrès social* (Aleps), cujo slogan ‘Por um humanismo liberal’ justifica a difusão de quase duas dezenas de críticas aos conteúdos de economia, disseminados pelos livros didáticos que circulam no ensino secundário francês (<http://www.livres.org>).

Outra crítica difundida por *Le Figaro* vem do Instituto Georg-Eckert, mundialmente conhecido pelas pioneiras pesquisas sobre livro didático. Para a instituição alemã, os didáticos europeus, neles incluídos cinco manuais franceses, apresentam uma visão bastante simplificada do Islã, como um ‘outro’ extraeuropeu, “coletivo religioso homogêneo e pré-moderno” (*Des manuels...*, *Le Figaro*, 2011).

Os livros também são denunciados por não incluírem questões LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), representações das mulheres e da diversidade de origens e ideias. Estas foram as denúncias de Luis-Georges Tin, fundador da *Journée mondiale de lutte contre l'homophobie* e presidente do *Conseil représentatif des associations noires de France* (Cran), e de Najat Belkacem-Vallaud, Ministra francesa dos Direitos das Mulheres.

Em resposta, o *Syndicat d'éducation*, sob a presidência de Olivier Vidal, enxergou nessas manifestações uma tentativa de abalar a ‘ordem [social] estabelecida’ e conclamou a população a lutar contra projeto de lei intitulado ‘La déconstruction de stéréotypes sexuels’. Pressionado, o porta-voz do Ministério da Educação nacional ressaltou que a instituição não produz livros didáticos. Os representantes dos editores, por seu turno, lembraram que os livros didáticos eram elaborados a partir dos programas, sobre os quais os autores não tinham poder algum. Também afirmaram que não se dobrariam aos grupos de pressão e, ainda, que os professores tinham liberdade para escolher os livros didáticos na França (*L'homosexualité...*, *Le Figaro*, 23 out. 2012; *La théorie...*, 29 abr. 2013).

Como vemos, o título desse tópico não é tão exagerado quanto parece. Mas por que os livros são objetos de tanta polêmica em um país onde o avanço do estado de bem-estar social e o desenvolvimento das tecnologias da informação provocaram um salto qualitativo nas estratégias de ensino e avaliação, no *design* e no suporte dos livros didáticos, quando comparados a outros países nas últimas duas décadas?

Igualdade de ensino e liberdade de escolha: uma contradição entre termos

É provável que o entendimento das raízes dessas polêmicas, além da livre manifestação de interesses em regimes democráticos, como nos referimos no texto sobre os EUA (Freitas, 2014), esteja na contradição mais que centenária entre o exercício de direitos sacralizados pelos franceses, entre outros

povos: as ideias de igualdade e de liberdade.

Para Dominique Borne, inspetor geral da educação nacional e grande estudioso da educação escolar, o sistema educacional francês experimenta um mal de raiz:

[...] os programas [de todas as disciplinas escolares] são nacionais e obrigatórios [para todas as comunas do país] porque o princípio de igualdade da educação é o fundamento das instituições e a escolha dos manuais é confiada aos professores da educação básica como um símbolo da sua liberdade pedagógica (Borne, 1998, p. 5).

Esse ‘paradoxo’ apresenta problemas, a curto prazo, incontornáveis no que diz respeito à elaboração, avaliação e distribuição de livros didáticos na França. Vejamos.

O Ministério da Educação, mediante o *Conseil Supérieur des Programmes* (CSP), é o responsável pelos planos de conteúdos de cada disciplina, produzidos, em primeira mão, por experientes professores da escolarização básica e especialistas que atuam nos centros de pesquisa e no ensino superior. Estes constituem os *Groupes d'Élaboration des Projets de Programmes* (GEPP). Após consultas do SCP aos professores do primário e do secundário, e às associações e aos sindicatos docentes, os programas são emendados e publicados pelo Ministério (*Savoir Livre*, 2014, p. 24; CSP, 3 abr. 2014). Transformados em dispositivos legais, os autores têm a liberdade de interpretá-los e produzir os livros didáticos que estarão à disposição dos professores, efetivos responsáveis pela escolha.

Podemos concluir, então, que, na França, os editores comandam a produção dos livros didáticos, e o Estado, ainda que elabore e revise os programas a cada cinco anos, não pode, por via legal, fazê-los constar *ipsis litteris* nos livros didáticos, haja vista a liberdade de edição adquirida pelos empreendedores, desde o ano 1875 (Seré, 2010, p. 7). Podemos, ainda, acrescentar que esse mesmo Estado tem limitada interferência nos currículos praticados, dada a liberdade de organizar o ensino, garantida aos professores pela Lei Debré, n.º 59-1557, de 31 de dezembro de 1959 (Assemblée Nationale [AN], 1959).

Evidentemente, não há consenso com relação a esse reduzido papel do estado em termos de controle de qualidade do livro didático. Há uma década, o deputado M. Jacques Maseu-Arus propôs modificações no Código de Educação, no sentido de atribuir ao Ministério da Educação o direito de avaliar, e até de rejeitar, livros didáticos, se não estivessem adequados ao programa estabelecido pelo

próprio (Bruillard, 2005, p. 3). Em janeiro de 2012, a Michèle Tabarot apresentou um relatório sobre os livros didáticos franceses à *Commission des affaires Culturelles et de l'Éducation* da *Assemblée Nationale*. O documento sugere a 'manutenção do regime liberal' da educação francesa e, ao mesmo tempo, duas estratégias para que o Estado, em sua instância nacional, não negligencie a qualidade dos recursos didáticos que ele mesmo financia. A primeira sugere que o Ministério expeça orientações aos editores, detalhando os programas. Uma alternativa seria enviar uma circular aos inspetores, esclarecendo as funções e as qualidades exigidas de um livro didático (AN, 2012a, p. 18).

Ainda em 2012, em forma de proposição, deputados viram positividade na entrada da 'teoria dos gêneros' nos livros didáticos de Ciências da vida e da Terra (AN, 7 dez. 2012b). Mas também denunciaram a representação estereotipada da mulher nos livros didáticos – “[...] mãe na cozinha e o pai assistindo à televisão no sofá” (AN, 11 dez. 2013).

Guardadas as devidas singularidades, as quatro iniciativas do poder legislativo reclamaram maior controle do Estado sobre a elaboração dos manuais, abonando a contundente avaliação de Dominique Borne, publicitada em 1998: 'todo novo programa deve ser acompanhado de diretrizes [*Cahier des charges*] destinadas aos editores' e “[...] uma comissão deve verificar se o projeto de livro didático está em acordo com as referidas diretrizes” (Borne, 1998, p. 39).

Ao que nos parece, as diretrizes não ganharam vida. O último documento com tais características (*Charte des programmes* - 2014), cujo subtítulo é bastante claro – “[...] norma [*charte*] relativa à elaboração, implementação e monitoramento dos programas de ensino, como também às modalidades de avaliação dos alunos no ensino escolar” –, faz apenas duas referências ao livro didático e, tão somente, para qualificá-lo como um recurso (e um recurso beneficiado pelos programas de ensino) (CSP, 3 abr. 2014).

Instâncias e critérios de avaliação da qualidade do livro didático

Se o Ministério, em suas instâncias superiores, não avalia, quem finalmente prescreve os critérios de um bom livro didático na França? E quais seriam, então, esses critérios?

Examinando a 'cadeia de produção' do artefato – programas, editores, professores – restam-nos três grupos de agentes. Os primeiros estão organizados, principalmente, no *Syndicat National de l'Édition*

(SNE) (SNE, <http://www.sne.fr/>). Eles prescrevem normas relativas ao suporte e ao *design*.

Para os impressos, indicam apenas a encadernação costurada e a espessura da página, que não deve ultrapassar 70 gramas. Esses critérios foram, inclusive, acordados com o Ministério para tornar os livros mais leves (Borne, 1998, p. 6). Com relação aos livros digitais [*numeriques*], os *Standards de l'EPUB 3* indicam as normas referentes ao formato e às dimensões das colunas de texto, linguagens, conteúdos (telas, textos, imagens e sons) e as 'máquinas' responsáveis pela manufatura do *E-PUB* (o HTML, por exemplo) (SNE, 2013).

Os autores também são outra instância de prescrição. Sua instituição representativa é o *Savoir Livre* (www.sne.fr/img/pdf/SNE/Numerique/AtelierNS-26juin2013.pdf), cujo próprio endereço do *site* já indica o sistema de tutela exercido pelo SNE. O *Savoir Livre* informa sobre a natureza material dos livros didáticos, a legislação relativa, as formas de produção e uso. Quanto à avaliação, a instituição apresenta duas sugestões: a) para conhecer a estrutura da obra, a divisão e organização dos conteúdos e dos temas, é importante ler o sumário; b) conhecer os objetivos dos autores, mediante o exame do prefácio, a introdução ou a apresentação da obra é também boa estratégia para situar pedagogicamente o manual (Savoir Livre, 2014).

Aí estão, indiretamente, alguns critérios de qualidade para o livro didático. Mas o *Savoir Livre* também remete os professores aos critérios estabelecidos por uma categoria profissional que, talvez, desconhecamos no Brasil: a de conselheiro pedagógico (misto de administrador, pesquisador da área pedagógica e formador de professores). Ele também possui uma instituição representativa, a *Association Nationale des Conseillers pédagogiques* (ANCP, 2013). A ANCP produz critérios que podem auxiliar os professores durante a escolha do livro didático, fundamentada em quatro grandes princípios: organização, método, conteúdos e recursos complementares. Vejamos os objetos de avaliação e os seus respectivos critérios de qualidade no Quadro 1.

Os últimos sujeitos que exploramos neste texto são os próprios inspetores nacionais de educação. Em 1986, o Estado havia ensaiado uma orientação, na qual prescrevia, embora sucintamente, objetivos critérios de qualidade para o livro didático. Dez anos depois (1997-1998), 15 inspetores gerais de ensino (IGEN), com experiência em uma dezena de áreas do conhecimento, coordenados pelo Inspeção Geral Dominique Borne (que é da área de história e geografia) e assessorados por Alain Chopin, então pesquisador do INRP, promoveram a avaliação de 200 livros didáticos empregados nas escolas

primárias, nos colégios e nos liceus, examinando-os sob o ponto de vista da forma, do conteúdo, da escolha e dos usos. Para o que nos interessa diretamente neste texto, é suficiente recuperar os critérios que permitiram bom diagnóstico dos principais problemas¹ que envolviam o artefato naquele período, como explicitado nos Quadros 2 e 3.

Quadro 1. Critérios de qualidade para o livro didático, produzidos pela Association Nationale des Conseillers Pédagogiques (2013)

Organização

Formato – harmonia, coerência, pontos de referência e capacidade de atrair a atenção do aluno, acessibilidade (sumário, índice, glossário).
Ilustrações – diversidade, funções estética, informativa... (sic).
Legibilidade [Leiturabilidade] – acessibilidade aos textos, vocabulário e sintaxe adaptados, densidade da informação, quadro de leitura facilmente recuperável, organização espacial, diferenças tipográficas e numeração.

Método

Coerência com suas próprias escolhas pedagógicas
Clareza (concepção de um capítulo, orientação de uso).
Progressão.
Equilíbrio das atividades.
Informação precisa dos objetivos do autor.

Conteúdos

Conformidade aos programas.
Presença de referenciais teóricos e didáticos (livro do professor/livro do aluno).
Presença de referenciais pedagógicos.
Nível lexical e sintático.
Natureza dos suportes utilizados (textos, ilustrações, esquemas...).

Recursos complementares

Presença dos instrumentos para o uso do mestre.
Presença dos instrumentos para o uso dos alunos (caderno de exercícios, fichário individual, material para o uso do aluno).

Fonte: ANCP (sd, p. 28). Tradução livre e adaptação do autor.

Quadro 2. Critérios de qualidade para o livro didático, produzidos pelo *Ministère de l'Éducation Nationale* (1986).

[...] Os livros didáticos devem estar conforme os programas e instruções e auxiliar os alunos a atingir os três objetivos gerais prescritos para o colégio: desenvolver o pensamento lógico, aprender a dominar a trilogia: escrito, oral, imagem, e habituá-los ao trabalho pessoal.

O conteúdo e a concepção do livro didático devem facilitar o estudo dos temas transversais.

O rigor científico na exposição dos conhecimentos, nas proposições de exercícios e no desenvolvimento dos métodos, a objetividade e o respeito às opiniões, a ausência de preconceitos sexistas ou racistas, a simplicidade, a correção e a qualidade da língua, a pertinência e a qualidade da documentação e da iconografia devem necessariamente figurar entre os critérios de escolha.

Os manuais devem respeitar a liberdade pedagógica do professor, oferecer a possibilidade de empregar uma pedagogia variada, em vista de uma organização diferenciada do trabalho coletivo dos alunos.

Fonte: Men (1986). Tradução livre e adaptação do autor.

Os critérios produzidos pelos inspetores não extinguem as possibilidades de estarem circulando, neste momento, dezenas de prescrições sobre a

qualidade do didático na França. A *Association for Research on Textbooks and Educational Media* (IARTEM), nascida em Paris, e hoje com sede em Tonsberg, Noruega, também trabalha nesse sentido² (Choppin, 2008, p. 45).

Quadro 3. Critérios de qualidade para o livro didático produzidos pelo *Ministère de l'Éducation Nationale*, sob a coordenação de Dominique Borne (1998).

1. Análise descritiva e comparativa

Número total de páginas.
Qualidade do diretor da coleção.
Nome dos autores.
Presença de universitários, inspetores e professores.
Espaço reservado aos conhecimentos (%).
Espaço reservado aos exercícios (%).
Espaço reservado à metodologia (%).
Espaço reservado aos documentos (%).
Espaço reservado às ilustrações (%).
Os conhecimentos fundamentais mínimos não postos em evidência (sim/não)?

2. Relações entre o manual e os programas

O manual está conforme a 'letra' do programa (sim/não)?
O manual está conforme o 'espírito' do programa (sim/não)?
O manual contém erros (sim/não)?
O manual contém aproximações (sim/não)?
O manual contém omissões (sim/não)?
O manual contém os elementos do programa (sim/não)?
A pedagogia induzida está conforme as orientações oficiais (sim/não)?

2. Elementos de conclusão

Esta conclusão deve configurar-se em uma apresentação de conjunto:
Sobre a apresentação dos manuais (*maquette...*);
Sobre a qualidade dos manuais;
Sobre sua conformidade aos programas e instruções.

Precisamente, a conclusão deverá interrogar:

A diversidade dos manuais traduz diferentes orientações pedagógicas?
Os manuais são feitos para os alunos (legibilidade)? Para os professores?
Para o trabalho em sala de aula? Para o trabalho em casa? Eles permitem o emprego de uma pedagogia diferenciada?
Os manuais são instrumentos de cultura geral?
Que será o manual no futuro?

Borne (1998, Anexo 1). Tradução livre e adaptação do autor.

A própria política pública de gratuidade, da mesma forma, estimula a proliferação de critérios. Para o primário, os livros são pagos pelos governos locais [comunas]. Para o colégio (baixo secundário ou segundo ciclo), o governo central assume a despesa. Para o liceu, o livro didático é financiado pelas famílias (Choppin, 1982, p. 31-32).

Os modos de seleção também variam. O relatório de Alain Sére (2010), inspetor geral da educação nacional, nesse sentido, é bastante cético:

[...] pedagogicamente, a concepção e a escolha dos recursos didáticos não são regulados pela instituição. As escolhas dos professores (sobre os livros didáticos) não são coordenadas por uma política do estabelecimento escolar [...] é surpreendente constatar, na verdade, que nem o *Conseil d'école*, em

¹Seguem as conclusões da avaliação: "A crise do manual se explica, por sua vez, pela crise de um modelo pedagógico e pela concorrência com as tecnologias da informação e da comunicação. Algumas tentativas editoriais, seja no âmbito impresso, seja no âmbito digital, demonstram que uma evolução é possível. O manual pode tornar-se um livro. Um livro de leitura e de referência". (Borne, 1998, p. 37).

²Veja-se, por exemplo, a versão para o francês da proposta de Mike Horsley, presidente do IARTEM, estruturada nos princípios do acesso/disponibilidade, da preparação, da compreensão das características das fontes pedagógicas, da personalização e da adaptação, do suporte dos currículos, da utilização em classe, da criação de novos recursos pedagógicos. (www.iartem.org). O texto de Éric Bruillard foi divulgado em 25 mar. 2013 (Bruillard, 2013).

primeiro plano, nem o *Conseil pédagogique*, em segundo plano, possuem uma orientação geral em matéria de recursos e instrumentos de ensino (Séré, 2010, p. 6).

O relatório do seu substituto, o inspetor Michel Leroy (2012), não é menos pessimista. Para ele, não há critérios objetivos. Professores (*Conseil d'Enseignement*) se reúnem, escolhem, e suas vontades são respeitadas pelo *Conseil d'école*. Uma pesquisa realizada pelos autores, em 2004, usada pela inspeção nacional em 2012, informava que esses docentes eram aconselhados pelos colegas (89%), pelo diretor da escola (40%), pelo conselheiro pedagógico (40%), pelo inspetor da educação nacional e pelo Instituto Universitário de Formação de Mestres (IUFM) (1%) (Leroy, 2012, p. 69; *Savoir Livre*, sd., p. 30).

Pensamos serem suficientes as informações acima. Com elas, podemos encerrar este texto, realizando um balanço sobre o país que, durante um século e meio, nos serviu de modelo para a produção de livros didáticos e, também, para a formação de professores.

Considerações finais

Os livros didáticos são objetos de polêmicas de toda natureza e as críticas de professores, historiadores, políticos, militantes dos movimentos sociais, entre outros, veiculadas em jornais conservadores e progressistas, assemelham-se bastante. Contudo, os conhecimentos pedagógicos são dominantes no conjunto das iniciativas, seguidos dos critérios sobre suporte/*design* e conhecimentos disciplinares. Limitadas as amostras recolhidas, evidentemente, podemos também afirmar que são residuais as preocupações com o apuro linguístico, valores e acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais. A legitimidade acadêmico-profissional, por outro lado, é um critério, até agora, singular à experiência francesa.

O detalhamento dos critérios, porém, nos permite compreender melhor as preocupações de cada agente envolvido na melhoria da qualidade do livro didático. Em termos pedagógicos, os critérios são muito semelhantes, apresentando pequenas contradições, já citadas aqui, frutos da difícil conciliação de igualdade e liberdade. A ANCP exige que o livro didático apresente as atividades de forma equilibrada, clareza na concepção e uso de um capítulo, na coerência entre a pedagogia proposta e a aplicada, estratégias de progressão, precisão na apresentação dos objetivos, instrumentos para uso do mestre e para uso dos alunos (cadernos de exercícios, por exemplo).

O MEN prescreve a apresentação de exercícios e métodos com rigor, exige que o livro auxilie os

alunos a cumprirem os três objetivos gerais prescritos para o colégio – o desenvolvimento do pensamento lógico e das habilidades de leitura de imagens, de escrita e fala. Também exige o estímulo ao trabalho em grupo (dos alunos) que forneça uma pedagogia variada, respeitando a liberdade do professor.

Sob a orientação de Borne, o MEN prescreve a apresentação de exercícios de leitura para o aluno. Com relação ao professor, exige a apresentação da metodologia, a coerência na aplicação dessa metodologia – entre o livro do aluno e o do professor – e, paradoxalmente, que o livro forneça a pedagogia do programa de ensino e apresente pedagogia variada.

No que diz respeito ao segundo conjunto de critérios – suporte/*design* –, eles são preocupação central dos autores e editores, com os quais concordam inspetores e conselheiros, sobretudo no que se refere à presença de elementos que facilitem a localização das informações e o manuseio do livro. Assim, é exigida a apresentação clara e sintética do conteúdo e da forma de organização da obra (presença de prefácio, apresentação, introdução) e *design* estimulante para o aluno (harmônico, coerente) que também facilite a busca e a ampliação das informações (sumário, índice, glossário). A ANCP amplia as exigências, solicitando hierarquização de tipos, diversidade das funções da ilustração (estética, informativa etc.), o emprego de textos, vocabulários, sintaxe e grau de densidade da informação adequados ao estágio cognitivo dos alunos. Os editores, por fim, concentram-se nas especificações técnicas, que dizem respeito à encadernação, à espessura do livro, às dimensões das colunas, aos elementos de multimídia e mecanismos que tornem acessíveis as informações textuais, sonoras e imagéticas.

O terceiro grupo de critérios é, talvez, o mais homogêneo. Como os editores, teoricamente, devem seguir os conhecimentos disciplinares dos programas, eles não fazem referência a esses conhecimentos como critérios de qualidade. Neste caso, são os inspetores e conselheiros quem reforçam essa necessidade. Em síntese, bom livro didático é aquele que está em conformidade com o programa e as instruções que o acompanham, que apresentam conhecimentos com exatidão, o mínimo de omissões possível e, ainda, que incorporem documentos pertinentes à matéria e ao capítulo.

Por fim, os critérios residuais. Para a ANCP e o MEN, a simplicidade da escrita, a correção da língua e o respeito, a adequação lexical e sintática dos textos são muito importantes. Além disso, o MEN, sob a

coordenação de Borne, leva em conta a legitimidade acadêmica e profissional dos autores e do diretor da coleção. Também considera como importante a capacidade que tem o livro de ampliar a cultura geral do aluno. Surpreendentemente, para nós, apenas as orientações do MEN (1986), tocam na necessidade de excluir os didáticos que apresentam preconceitos sexistas ou racistas. Seria um sinal de que tais sensibilidades já estariam incorporadas entre os pais dos alunos franceses? A julgar pelas notícias comentadas no tópico dois deste texto, pensamos que não.

E não é somente a ausência de ênfase na ampliação dos direitos sociais que pode significar um problema para os mediadores educacionais franceses. O conjunto de critérios sintetizados acima parece não interferir no cotidiano dos professores, quando o tema é escolha do livro didático. Apesar da variação e da relativa aproximação entre os padrões de qualidade franceses e os estadunidenses, editoras e autores parecem ter vencido a batalha em torno dos critérios até o momento, e mesmo sem, praticamente, interferir nos conteúdos disciplinares ou nas orientações pedagógicas.

Para Dominique Borne (1998, p. 8), no final da década de 1990, “[...] a norma pedagógica era elaborada pelos editores, com o auxílio de alguns autores das escolas”. Ao invés de criar sobre os programas e as orientações fornecidas pelo MEN, os autores e editores mantinham estreitos contatos com os professores, ouvindo as suas demandas. O resultado desse movimento era que os livros tinham apenas um destinatário: os professores. Os manuais, segundo Borne, supriam as carências dos professores e, conseqüentemente, os acomodavam. Tudo isso em detrimento das necessidades dos alunos. Desse modo, os manuais atuavam como os programas propriamente ditos.

Uma década depois, assim concluiu Alain Séré, no seu comentário sobre “[...] as liberdades de edição e de escolha”, em vigor na França de 2010:

[...] são numerosos e variáveis [os critérios de qualidade postos em usos] de uma equipe à outra: experiência anterior, exigência de continuidade dos modos de aprendizagem ou de uma linha editorial utilizada no nível de ensino anterior, recepção de dinheiro, existência de um ‘livro do professor’, a influência das editoras e dos CDDP ou, simplesmente, a disponibilidade de material na escola (Séré, 2010, p. 6, grifos do autor).

Será que já não vimos essa situação antes? Por que as democracias mais antigas e estabilizadas não conseguem chegar a um termo médio entre a distribuição igualitária de condições mínimas de ensino (inclusa a distribuição do livro didático) e o

respeito às liberdades de pensamento? O rol de críticas aos livros didáticos, sobretudo àqueles destinados às disciplinas relativas às humanidades, é um preço a pagar pela opção por um regime de inspiração iluminista, dentro de quadros ainda inspirados na sofisticação progressiva das capacidades humanas?

Referências

- Adoumié, V., Billard, H., Bourel, G., Chevallier, M., Colon, D., Cote, S., & Dalbert, C. (2012). Le Quintec et Pascal, Guilhaume. Liberté pour les manuels d'histoire. *Libération*. Paris, 12 nov. Recuperado de http://www.liberation.fr/societe/2012/11/12/liberte-pour-les-manuels-d-histoire_859927
- Assemblée Nationale (AN). (1959). *Loi n.º 59-1557 du 31 décembre 1959 sur les rapports entre l'Etat et les établissements d'enseignement privés*. Recuperado de <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT00000693420>
- Assemblée Nationale (AN). (2003). *Proposition de Loi relative à l'agrément des ouvrages et manuels scolaires par l'Etat, présentée par M. Jacques Masdeu-Arus*. Paris, 24 septembre. Recuperado de <http://www.assemblee-nationale.fr/12/propositions/pion1072.asp>
- Assemblée Nationale (AN). (2012a). *Rapport d'information déposé en application de l'article 145 du Règlement par la Commission des Affaires Culturelles et de l'Éducation sur les manuels scolaires et présente par Mme. Michèle Tabarot*. Paris, France: AN.
- Assemblée Nationale (AN). (2012b). *Proposition de résolution, tendant à la création d'une commission d'enquête sur l'introduction et la diffusion de la théorie du genre en France, présentée par Mme. Virginie Duby-Muller et al.* Paris, 7 déc. Recuperado de <http://www.assemblee-nationale.fr/14/propositions/pion0482.asp>
- Assemblée Nationale (AN) (2013). *Proposition de résolution, tendant à la création d'une commission d'enquête sur l'introduction et la diffusion de La théorie Du genre en France, présentée par Mme. Marie-George Buffet et al.* Paris, 11 déc. Recuperado de <http://www.assemblee-nationale.fr/14/propositions/pion1633.asp>
- Association pour la Liberté Economique et le Progrès Social (ALEPS). (s.d.). Recuperado de <http://www.libres.org>
- Association Nationale Des Conseillers Pédagogiques (ANCP). (sd.). Une aide au choix du manuel scolaire. In *Guide des Conseillers Pédagogiques de circonscription*. ANCP. Paris, p. 28. Recuperado de https://webtice.ac-guyane.fr/CAFIPEMF/IMG/pdf/pdf_guide_du_cpc_complet.pdf
- Association Nationale des Conseillers Pédagogiques (ANCP). (2013). Paris. Recuperado de www.sne.fr/img/pdf/SNE/Numerique/AtelierNS-26juin2013.pdf
- Borne, D. (1998). *Le manuel scolaire*. Paris, France: Inspection Générale de l'Éducation Nationale/Ministère de l'Éducation Nationale, de la Recherche et de la Technologie.

- Bruillard, É. (2005). Les manuels scolaires questions par la recherche. In *Manuels scolaires, regards croisés*. CRDP de Abasse-Normandie, Documents, actes et rapports sur l'éducation. Caen, p. 13-36.
- Bruillard, É. (2013). *Ressources pédagogiques et enseignement scolaire – Proposition de Standards*. Oslo: Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM). Recuperado de <http://www.iartem.org>
- Choppin, A. (2008). Le Manuel scolaire, une fausse évidence historique. *Histoire de l'Éducation*, 117, 6-56. Recuperado de <http://histoire-education.revues.org/565>.
- Conseil Supérieur des Programmes (CSP). (2014). *Charte des programmes: charte relative à l'élaboration, à la mise en oeuvre et au suivi des programmes d'enseignement ainsi qu'aux modalités d'évaluation des élèves dans l'enseignement scolaire*. Paris, France: CSP. Recuperado de <http://media.education.gouv.fr/file/91/4/4914.pdf>
- Des Manuels Scolaires Trop Simplificateurs Sur L'islam. (2011). *Le Figaro*, Paris, 19 set. Recuperado de <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2011/09/18/01016-20110918ARTFIG00267-des-manuels-scolaires-trop-simplificateurs-sur-l-islam.php?pagination=4>
- Fin Jr, C. E. (2004). *The mad, mad world of textbook adoption*. Washington, D.C., USA: Thomas B. Fordham Institute.
- Freitas, I. (2014). Critérios de qualidade para o livro didático de história nos Estados Unidos (1984-2014). *História Histórias*, 2(3). Recuperado de <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10962>.
- Kornblith, G., & Lasser, C. (2005). The truth, the whole truth, and nothing but the truth: writing, producing, and using College-level American History Textbooks. *The Journal of American History*, 91(4), 1380-1382.
- La Théorie du Genre Doit-elle Inspirer les Livres Scolaires? (2013). *Le Figaro*, Paris, 29, abr. Recuperado de <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2013/04/28/01016-20130428ARTFIG00192-la-theorie-du-genre-doit-elle-inspirer-les-livres-scolaires.php?pagination=10>
- La Homosexualidade Explicado nos Manuais Escolares? (2012). *Le Figaro*, Paris, 23 out. Recuperado de <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2012/10/23/01016-20121023ARTFIG00335-l-homosexualite-explicitee-dans-les-manuels-scolaires.php>
- Leder, S. (2013). A l'école de l'entreprise. *Le Monde Diplomatique*, Paris, set. Recuperado de <http://www.monde-diplomatique.fr/2013/09/LEDER/49606>
- Leroy, M. (2012). *Les manuels scolaires: situation et perspectives*. Rapport à monsieur le ministre de l'éducation et de la vie associative. Paris, France: Ministère de L'Éducation Nationale. Inspection Générale de l'Éducation Nationale.
- Lettre de quatre-vingts députés de l'Union pour un mouvement populaire (UMP) au ministre de l'éducation nationale Luc Chatel. (2011). (Excerto) (2013). *Le Monde Diplomatique*. Paris. Recuperado de <http://www.monde-diplomatique.fr/2013/09/A/49608>
- Ministère de L'éducation Nationale (MEN). (1986). *Note de Service n. 86-133 du 14 mars*. Paris, France: DAGEN/Ministère de l'Éducation Nationale. Recuperado de www.sne.fr/img/pdf/SNE/Numerique/AtelierNS-26juin2013.pdf
- Pébereau, M. (2008). La mondialisation est source de formidables progrès. Association pour la Liberté Economique et le progrès social (ALEPS). *Le Figaro*, Paris, 1 fev. Recuperado de <http://www.libres.org/actualite/2029-michel-pebereau-l-la-mondialisation-est-source-de-formidables-progres-r.html>
- Savoir Livre. (2014). *Conseils aux enseignants*. Recuperado de <http://www.savoirlivre.com/index.php>
- Séré, A. (2010). Le Manuel scolaire à l'heure du numérique: une nouvelle donne de la politique de ressources pour l'enseignement. Paris, France: Inspection Générale de l'Éducation Nationale/Ministère de l'Éducation Nationale/Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche.
- Syndicat National De L'édition (SNE). (2013). *Standards de l'EPUB 3*. Sdt. Groupe Normes & Standards/SNE, 20 jun. Recuperado de <http://www.sne.fr/img/pdf/SNE/Numerique/AtelierNS-26juin2013.pdf>
- Tyson, H., & Woodward, A. (1989). Social studies and history textbooks. In *Why students aren't learning very much from textbooks: Publishers won't produce better textbooks until selection committees become more discerning and demanding about quality*. Educational Leadership (p. 14-17). Association for Supervision and Curriculum Development. st.
- Unesco. (2002). *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Paris, França: Unesco.
- Unesco. (2007). *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris, França: Unesco.
- Vidal, D. (2011). La Nakba effacée d'un Manuel scolaire français. *Le Monde Diplomatique*, Paris, jul. Recuperado de <http://www.monde-diplomatique.fr/carnet/2011-07-07-Nakba>
- Wakefield, J. F. (1998). *A brief history of textbooks: where have we been all these years?* Paper presented at the Meeting of the Text and Academic Authors. St. Petersburg: sdt.
- Watt, M. G. (2009). Research on the textbook selection process in the United States of America. *IARTEM e-Journal*, 2(1), 2-21. (Association for Research on Textbooks and Educational Media).

Received on November 13, 2014.

Accepted on October 19, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.